

Lukács: trabalho e ontologia do ser social

Sergio Lessa - Prof. da Universidade Federal de Alagoas, membro das editorias das revistas *Praxis* e *Crítica Marxista*.

[Apresentação em um Congresso em 1999]

Gostaria de iniciar esta apresentação pontuando um fato que, apenas aparentemente, se encontra distante do nosso tema, a tese lukácsiana da centralidade do trabalho para o mundo dos homens. Me refiro às dificuldades postas para os pesquisadores nacionais pelas concepções hoje predominantes no sistema nacional de financiamento de ciência e tecnologia.

A nosso ver, dois são os pilares teóricos que estruturam a visão de mundo predominante entre os burocratas hoje dirigentes do sistema de financiamento de pesquisas em nosso país.

O primeiro deles é o nódulo decisivo de todas as vertentes liberais ou neo-liberais, qual seja, a concepção de que os indivíduos são entidades ontológicas auto-suficientes, monádicas. As ações dos indivíduos fundam a sociedade, mas a vida social em nada pode alterar a essência da individualidade, acima de tudo seu impulso para a apropriação da riqueza socialmente produzida sob a forma privada, burguesa, de propriedade. Nesse contexto, não é difícil demonstrar que as relações de mercado, e seu corolário político, a democracia liberal-burguesa, seriam as mediações mais adequadas entre interesses individuais antagônicos e a necessária vida social para a afirmação desses mesmos interesses.

O segundo esteio teórico das concepções hoje predominantes nos órgãos financiadores de pesquisa é a dissociação radical entre técnica e relação social. O desenvolvimento tecnológico é concebido como mera síntese da linha de produção fabril com o conhecimento científico. Esse equívoco, desde Bukharin tão conhecido do marxismo vulgar, opera duas reduções cujo absurdo salta à vista de um observador menos comprometido. Por um lado, se esquece que todo desenvolvimento das forças produtivas é, também, com todas as desigualdades possíveis, um desenvolvimento das capacidades dos indivíduos, dos grupos sociais e da sociedade. Não há desenvolvimento meramente tecnológico: há uma evolução social no interior da qual o desenvolvimento do modo de produção pode jogar um papel mais ou menos predominante, de acordo com as peculiaridades de cada momento histórico. A exacerbação do aspecto meramente técnico do desenvolvimento do como se produz é apenas um momento da redução do ser humano à mera força-de-trabalho.

A segunda redução é aquela que envolve o próprio conceito de ciência, e que atua diretamente na seleção das prioridades e na avaliação dos projetos a serem financiados. Ciência passa a ser apenas e tão somente aqueles conhecimentos que indireta ou, preferencialmente, diretamente, podem se converter em aumento da

produtividade no chão da fábrica (ou da fazenda). Investigar o real passa a ter por referencial básico as necessidades postas pela busca de uma maior taxa de extração de mais-valia. Nessa redução da ciência a mero instrumento para a intensificação da exploração da força-de-trabalho, as concepções positivistas e neopositivistas cabem como uma luva, e são rapidamente absorvidas pelas agências financiadoras. De tal modo, que não apenas a pesquisa básica, fundante de todo desenvolvimento científico, é relegada a segundo plano, como também é negado o caráter científico das ciências humanas, a qual recebe uma prioridade ainda mais secundária nos planos oficiais.

Tais concepções, num processo sempre rico de mediações e flutuações, brotam espontaneamente da cotidianidade da camada de burocratas que atuam no que denominam «interface» entre o capital privado e os órgãos estatais. Já que elas se conformam à *main stream* ideológico-política, não há necessidade de se afirmarem através de um rigoroso exame e investigação teóricas. Elas se apresentam como verdades auto-evidentes, como axiomas - e, num passe de mágica, se transformam em um «programa» de ação, em algo como uma «estratégia» para o desenvolvimento de ciência e tecnologia no país. Em poucas palavras, e deixando de lado mediações significativas para economizarmos tempo, ao contrário do que ocorre com as teorias críticas à maré montante, a própria dinâmica cega e totalizante do capital empresta sua lógica à ideologia predominante no sistema nacional de ciência e tecnologia, conferindo a esta uma solidez e um alcance aparentes que não resistem a uma análise mais cuidadosa.

Não cabe aqui, ainda que a tentação seja grande, uma discussão mais aprofundada dessas questões, e das conseqüências práticas para o desenvolvimento nacional. Contudo, mesmo uma exposição esquemática como esta, nos remete diretamente a um dos nódulos decisivos das investigações ontológicas de: a relação entre o desenvolvimento da capacidade de transformar o real, o afastamento das barreiras naturais e a crescente sociabilização do mundo dos homens, tanto a nível das individualidades como da totalidade social.

Vamos, pois, a Lukács -- para retomarmos essas observações críticas na conclusão.

O trabalho: categoria fundante do ser social

O único pressuposto da ontologia lukácsiana é retirado diretamente de Marx: os homens apenas podem viver se efetivarem uma contínua transformação da natureza. Para Lukács, diferentemente do que ocorre na esfera biológica, essa transformação da natureza é teleologicamente posta; seu resultado final é previamente construído na subjetividade sob a forma de uma finalidade que orientará todas as ações que

virão a seguir. Esta transformação teleologicamente posta da natureza, após Marx, Lukács denomina de trabalho.¹

Os atos de trabalho, contudo, apenas podem vir a ser e se desenvolver tendo por mediação dois complexos sociais fundamentais. Por um lado, apenas podem ocorrer no interior de relações sociais; por outro lado, nem as relações sociais, nem sequer a prévia ideação portadora da finalidade, poderiam vir a ser sem a linguagem. Portanto, já no seu momento primordial, o ser social comparece como um complexo constituído, pelo menos, por três categorias primordiais: a sociabilidade, a linguagem e o trabalho.

Destas três categorias, cabe ao trabalho, segundo Lukács, o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens, já que é nele que se produz o novo que impulsiona a humanidade a patamares sempre superiores de sociabilidade. Voltaremos a seguir sobre esse aspecto.²

Citando diretamente Marx, Lukács argumenta que três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização (*Entäusserung*) e a alienação (*Entfremdung*). A objetivação é o complexo de atos que transforma a prévia ideação, a finalidade previamente construída na consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria. Se em alguma medida, o novo objeto continua submetido aos desejos do seu criador (este quase sempre pode, por exemplo, destruir aquilo que construiu), não raramente gera consequências muito distintas daquelas finalidades presentes na sua construção. Como ocorre, por exemplo, quando uma ferramenta quebra no momento em que ela seria mais necessária; ou então, quando o objeto sobrevive à civilização que o construiu, se transformando, milênios após, em peça de museu.³

A objetivação, para Lukács, é a mediação que articula a teleologia, enquanto uma idéia abstrata e singular (não há duas finalidades exatamente iguais porque a história não se repete) com a gênese de um novo ente, objetivo, ontologicamente distinto da consciência que o concebeu enquanto finalidade, e que exhibe uma história própria distinta (num grau maior ou menor conforme o caso) da história do seu criador.

¹- Lukács, G. *Prolegomen zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. Prinzipienfragen einer heute möglich gewordenen Ontologie*, Luchterhand Verlag, 1986. Há uma tradução italiana, *Prolegomini all'Ontologia dell'Essere Sociale, Questioni di principio di un'ontologia oggi divenuta possibile*, Guerini i Associati, Napoles, 1990, pp. 175 e 191. Tb. Lukács, G. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Sein*, Luchterhand Verlag, 1986. Tradução italiana, *Per una Ontologia dell'Essere Sociale* (Riuniti, Roma, 1976-81), vol II*, pp. 19, 76-78, 124-5, e vol. II** p. 610.

²- *Prolegomini...*, op. cit., p. 14, *Per una Ontologia...*, vol II**, pg. 397

³- *Per una Ontologia...*, vol II**, pp. 564 e ss., 404 e ss.,

Contudo, sempre segundo Lukács, ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma. Primeiro, porque desenvolve novas habilidades. Em segundo lugar porque, para vencer a resistência que o ser natural opõe à sua transformação em objetos construídos pelos homens, é decisivo que venha a conhecer os nexos causais e as determinações mais importantes do setor da natureza que deseja transformar. Toda objetivação resulta em novos conhecimentos e novas habilidades -- sendo breve, em novas possibilidades, e por isso ao transformar a natureza, o indivíduo também se transforma.

Nessa exata medida, a produção do objeto não é apenas o processo de objetivação, não é apenas uma transformação da realidade, mas é também a exteriorização de um sujeito. Ao se exteriorizar através da objetivação da sua prévia ideação, o indivíduo adquire novos conhecimentos (tanto da realidade exterior como da sua própria individualidade), novas habilidades e necessidades vão sendo descobertas e desenvolvidas; em poucas palavras: ao transformar o real, o sujeito também se transforma.⁴

Esse complexo objetivação-exteriorização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico na sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizada numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo, *mutatis mutandis*, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas, como uma obra de arte ou uma relação social como o capital.⁵

Para o filósofo húngaro, ao incorporar determinações oriundas de um pôr teleológico, a *causalidade dada* pela natureza e a *causalidade posta* pelos atos humanos são formas particulares da causalidade, concebida como princípio de automovimento que basta a si próprio. Entre a prévia ideação e o objeto dela resultante se interpõe a objetivação, ou seja, o complexo de mediações que, em cada caso, possibilita a consubstanciação de um novo ente através da transformação teleologicamente orientada do real. Nada há, portanto, que aproxime a *Ontologia* de

⁴- *Per una Ontologia...*, vol II**, p. 401 e ss.

⁵- *Per una Ontologia...*, vol II*, pp. 180, 198-9, 230-1.

Lukács à identidade sujeito-objeto de Hegel, tal como acontecia em *História e Consciência de Classe*.⁶

Contudo, por ser a causalidade posta uma forma particular da causalidade, não significa que entre a causalidade posta do mundo dos homens e a causalidade dada da natureza não haja um salto ontológico. Pois, a reprodução social, tendo por insuperável mediação atos teleologicamente postos, possibilita a gênese e o desenvolvimento de um ser-para-si ontologicamente impossível à natureza. O que os homens pensam a respeito de si próprios, do momento histórico em que vivem, das tarefas que têm pela frente, as suas expectativas, esperanças e desejos acerca do futuro, etc., exercem sempre um papel importante na reprodução social -- podendo, como é o caso dos momentos revolucionários, ser dela o momento predominante.

No Lukács maduro, nem há qualquer sinal da identidade sujeito-objeto à la Hegel, nem muito menos uma aproximação das qualidades ontológicas do ser social à natureza, tal como procurou fazer Engels na *Dialética da Natureza*. Lukács não se cansa de repetir que a processualidade social apresenta peculiaridades ontológicas frente à natureza; e essas peculiaridades se manifestam por inteiro na evidente diferença entre a história humana e o desenvolvimento do ser natural.

O fato de a causalidade posta pelos atos humanos consubstanciar uma causalidade no sentido estrito do termo, ontologicamente distinta da consciência, tem uma consequência decisiva para o desenvolvimento social, sempre segundo Lukács: as consequências dos atos humanos jamais coincidem completamente com a finalidade que está na sua origem. Isto, tanto porque há um *quantum* de acaso inevitavelmente presente nas objetivações -- nunca se poderá ter certeza do exato comportamento de uma pedra ao ser transformada em um machado, etc. --; como também devido ao fato de que, ao se inserir na realidade já existente, o novo objeto desencadeia nexos causais que jamais poderão ser previstos em sua totalidade. Um terceiro fator também atua neste momento de diferenciação, pelo lado da exteriorização. Como toda objetivação é, na verdade, um conjunto de atos elementares, e como cada ato elementar transforma não apenas o ambiente, mas também o sujeito que o realiza, a individualidade que iniciou o processo de objetivação não é *exatamente* aquela que o termina: novas habilidades e conhecimentos foram adquiridos enquanto o processo era efetivado, e estas novas habilidades e conhecimentos são espontaneamente incorporados à prévia ideação, adaptando-a às novas circunstâncias. Assim, ao ser finda uma objetivação, não apenas o resultado é distinto em algum grau da finalidade inicial, como também a individualidade e a própria finalidade foram

⁶- Para a crítica de Lukács a Hegel, cf. Lukács, *A falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979, tradução de Carlos

sendo transformadas ao longo do processo de acordo com os resultados parciais a cada momento alcançados.⁷

Devido a estas três circunstância, sempre segundo Lukács, jamais teleologia e produto objetivado coincidem de modo perfeito. Jamais haverá a identidade sujeito-objeto de Hegel. Por isso, as conseqüências dos atos humanos jamais são exatamente aquelas idealmente previstas; ao agir, os indivíduos desencadeiam nexos causais que não podem ser totalmente antecipados. A cada objetivação-exteriorização é produzida uma nova situação tanto objetiva (uma realidade que agora incorpora um objeto antes inexistente) como subjetiva (a consciência é portadora de conhecimentos, necessidades e habilidades que não possuía anteriormente), à qual o indivíduo se vê obrigado, para não desaparecer, a responder com novas prévias ideações e novos atos de objetivação-exteriorização -- efetivando assim um novo passo em direção ao futuro.

O trabalho, sempre segundo Lukács, possui por essência o complexo objetivação-exteriorização, -- o qual, por sua vez, implica necessariamente em uma dada, historicamente determinada, articulação entre teleologia e causalidade. É a presença dessas conexões categoriais no interior do trabalho que faz, desta categoria, o solo genético por excelência da incessante e essencial produção do novo que particulariza a vida social frente à natureza.

A partir desse complexo categorial, argumenta Lukács que a mediação decisiva na conexão ontológica entre trabalho e sociabilidade é o fato de o complexo processual objetivação-exteriorização desencadear necessária e espontaneamente um processo de generalização dos seus resultados objetivos e subjetivos.⁸

Ao ser objetivado, o novo ente é inserido na malha causal já existente, passando a sofrer influências e a influenciar a totalidade do existente. Ao se transformar em uma particularidade partícipe de uma totalidade já existente, a história desse ente adquire uma indelével dimensão genérica: sua história absorve determinações da totalidade do existente e, por sua vez, retroage sobre o desenvolvimento da totalidade do real enquanto um seu ente particular. Desse modo, todo processo de objetivação necessariamente resulta em um processo objetivo de generalização dos resultados alcançados, de tal modo que, a cada nova objetivação, a totalidade do ambiente no qual está inserida o indivíduo também se altera.

Um outro momento de generalização é constituído pelo fato de, ao transformar a totalidade, os atos singulares agem também sobre os outros indivíduos que estão à

Nelson Coutinho.

⁷-- *Per una Ontologia...*, vol II*, p. 113.

⁸-- *Prolegomini...*, op. cit., pp. 286-7, *Per una Ontologia...*, vol II**, pp. 382-3, 388, 391-3, 420-2.

sua volta (e, com as devidas mediações a cada momento histórico, sobre a humanidade no seu conjunto). A produção de uma nova situação corresponde à geração de um novo momento histórico, fazendo com que todos os que vivam naquele ambiente estejam expostos às conseqüências, e portanto tenham que responder às novas situações geradas pelas objetivações singulares dos outros indivíduos. Isso, obviamente, altera não apenas a relação dos indivíduos com a natureza, mas também a relação dos indivíduos entre si. Eles têm que responder às novas necessidades, e explorar as novas possibilidades, postas nas novas situações que surgem incessantemente.

Mas há, também, uma outra esfera de generalização, a da subjetividade: ao adquirir novas habilidades e novos conhecimentos, o indivíduo espontaneamente os generaliza de modo a que sejam úteis, não apenas na singularidade da situação em que surgiram, mas também na maior parte dos momentos futuros, por mais diferenciados. Deste modo, conhecimentos específicos e particulares são generalizados até gerarem conhecimentos que remetem à universalidade, como a filosofia, a arte, a ciência, a religião, etc. No limite da máxima generalização desse processo, o conhecimento do singular se eleva a componente, a elemento de uma dada concepção de mundo historicamente determinada.

Já que esses novos conhecimentos são incorporados às objetivações futuras, atuando assim sobre a totalidade do existente e, deste modo, sobre a vida dos outros indivíduos -- e, novamente, com as devidas mediações -- sobre o desenvolvimento da própria humanidade, estes conhecimentos que no início são necessariamente individuais, se generalizam à humanidade no seu todo. Com o avanço do processo de sociabilização, as mediações de transmissão dos conhecimentos vão dando origem a complexos sociais específicos como a educação, a tradição, os costumes, etc.

Portanto, todo processo de objetivação-exteriorização é necessariamente único e genérico. Único, pela simples razão de a história jamais se repetir. E genérico, porque ele incorpora, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento efetivamente alcançado pela humanidade a cada momento histórico. Em suma, ele é concomitantemente um processo que possui uma insuperável dimensão individual (mesmo o trabalho mais alienado no interior de uma linha de produção não perde por completo este seu caráter singular) e é sempre determinado socialmente. Por isso, trabalho e sociabilidade são categorias que só existem enquanto determinações reflexivas.

Isso posto, podemos compreender porque o trabalho é o momento predominante do complexo formado pela sociabilidade, pela linguagem e pelo próprio trabalho. É ele o solo genético do novo que é incessantemente produzido na reprodução social;

novo este que é o fundamento ontológico último da tendência histórica de desenvolvimento do gênero humano a patamares sempre superiores de sociabilidade.⁹

A Reprodução Social

O impulso à generalização inerente ao trabalho possui uma consequência decisiva, sempre segundo Lukács. Dá origem a um complexo social que sintetiza os atos dos indivíduos singulares em tendências do desenvolvimento histórico-genérico. Ao se inserirem na totalidade já existente, as objetivações são sintetizadas em tendências genéricas que conferem unidade e sentido ao desenvolvimento do gênero humano. Ao se pechinchar numa feira e se comprar um pé de alface, esse ato individual é incorporado à dinâmica global de reprodução do capital -- e esta reprodução do capital não poderia vir a ser, nem existir enquanto tal, senão pela mediação de atos singulares como esse. Contudo, entre a finalidade de cada ato, entre o em-si de cada ato (comprar o alface), e a tendência histórico-global, por exemplo, de transformação da sociedade mercantil na sociedade burguesa madura, há uma evidente distância qualitativa. Acima de tudo, argumenta Lukács, porque se o ato individual é teleologicamente orientado, a tendência genérica possui um desenvolvimento puramente causal, que não exhibe qualquer presença de uma teleologia global. Tanto é assim que a síntese dos atos singulares em tendências histórico-genéricas ocorre mesmo que os indivíduos envolvidos dela não tenham consciência. A lei da oferta e da procura, por exemplo, atuava no mercado antes mesmo de os homens dela terem consciência. Claro que, com o desenvolvimento da sociabilidade, no momento em que os indivíduos adquirem, em escala social, a consciência de como seus atos são sintetizados em determinadas tendências históricas, eles podem, através da modificação de seu comportamento, interferir nesse desenvolvimento, impossibilitando-o, estimulando-o ou o alterando em um sentido ou em outro. Ainda assim, aqui também interferirá aquele complexo de determinações, referido acima, pelo qual jamais uma objetivação coincidirá completamente com a finalidade que está na sua origem. Por mais conscientemente que os homens façam a história, teleologia e produto objetivado jamais coincidirão, serão sempre ontologicamente distintos.

Ressaltemos: o processo de generalização dos atos individuais em tendência histórico-genéricas faz com que a sociabilidade se afaste cada vez mais da sua situação primitiva. A cada momento da história, de modo desigual e contraditório, a humanidade consubstancia uma situação histórica crescentemente mediada socialmente, de modo que cada nova objetivação-exteriorização encontrará um ambiente social mais desenvolvido para sua efetivação, podendo assim gerar demandas cada vez mais socialmente elaboradas e, também, operar respostas cada vez mais socialmente complexas. O quanto o ato da alimentação, ou o complexo da sexualidade, se

⁹- *Per una Ontologia...*, vol II**, p. 382.

afastaram dos seus momentos iniciais, primitivos, é uma indicação precisa do complexo de questões às quais Lukács se refere.

A síntese dos atos singulares em tendências genéricas possui ainda uma outra faceta. À medida em que o desenvolvimento social tem por ineliminável mediação os atos singulares dos indivíduos historicamente determinados, argumenta Lukács que todo desenvolvimento social requer e possibilita o desenvolvimento da individualidade. Evidentemente, esta é uma esfera em que se manifesta uma intensa contraditoriedade. Contudo, por mais desigual, ainda assim é correto afirmar que, em última análise, quanto mais complexa for a sociabilidade, quanto mais mediados socialmente forem os atos que os indivíduos devem realizar cotidianamente, tanto mais complexas são as individualidades. É esse impulso que eleva os indivíduos humanos primitivos, que quase não passavam de meros singulares da espécie, a personalidades crescentemente complexas. E isto ocorre, fundamentalmente, porque os indivíduos, ao agirem no dia a dia, absorvem subjetivamente, na elaboração das respostas que servirão de finalidades aos seus atos, os avanços objetivos e subjetivos alcançados pelo desenvolvimento do gênero humano.

Deste modo, ao mesmo tempo em que se afirma a tendência ao desenvolvimento de formações sociais crescentemente complexas, se consubstancia também a tendência ao desenvolvimento da individualidade em autênticas personalidades. A sociabilidade apenas pode se desenvolver se avançarem também os atos individuais que estão na base de sua reprodução. Claro que entre estes dois pólos da reprodução social (a sociabilização e a individuação) se interpõem as mais variadas desigualdades e contradições, e estas desigualdades e contradições influenciam também a reprodução social.

Argumenta Lukács que a complexificação das relações sociais termina por dar origem a complexos sociais voltados a atender às necessidades específicas oriundas dessa evolução. Se intensifica a divisão social o trabalho, surgem o comércio, as classes sociais, o Estado, a família monogâmica. O conhecimento se complexifica, dando origem à educação como um complexo social específico e a especializações antes desnecessárias e impossíveis. A política, a arte, o esporte, etc., são alguns de tantos outros complexos mediadores da vida social que surgem como decorrência do «afastamento das barreiras naturais».

Em poucas palavras, o caráter de complexo de complexos do ser social se explicita cada vez mais claramente à medida em que avança a sociabilidade. No interior desse complexo de complexos que é a totalidade social, argumenta Lukács, é o trabalho, e a esfera da práxis social que se desenvolveu diretamente dele, a

economia, o momento predominante na determinação do desenvolvimento histórico. Pois, ao fim e ao cabo, é aqui que temos, na enorme maioria das vezes, o solo genético do novo que impulsiona a história da humanidade.¹⁰

A Alienação

Vimos que, segundo Lukács, a síntese dos atos singulares em tendências histórico-genéricas impulsiona a humanidade para patamares superiores de sociabilidade. Contudo, isto nem sempre ocorre. Em dadas situações históricas, mediações e complexos sociais, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sócio-genérico, podem passar a exercer um papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano.¹¹

Dois rápidos exemplos. A religião nas sociedades primitivas foi a primeira forma de elevação dos conhecimentos fragmentários e das primitivas necessidades afetivas, emocionais e sociais, em uma concepção de mundo, ainda que mística. Foi a forma pela qual as sociedades primitivas conseguiram generalizar em universalidade os conhecimentos empíricos obtidos na vivência cotidiana. Esta primeira generalização foi decisiva para a gênese e o desenvolvimento, milênios após, da filosofia (e, mais tarde, da ciência) enquanto elevação das experiências e conhecimentos cotidianos em uma visão de mundo não mais mística. Nessa medida e sentido, nos primeiros momentos da história humana, a religião foi uma mediação importante para sistematizar as experiências singulares cotidianas em um conhecimento universal.

Com o tempo, contudo, a religião terminou por se transformar em um empecilho ao desenvolvimento humano. Não apenas porque, nas sociedades de classe, na maior parte das vezes se converteu em justificativa do *status quo*; mas fundamentalmente porque, ao projetar numa transcendência os poderes efetivos da humanidade -- acima de tudo, ao fazer da história humana uma dádiva divina -- impede que os homens tomem consciência de serem eles os verdadeiros e únicos demiurgos do seu destino. Ao velar esse fato, a forma religiosa de conhecimento impede que a humanidade assuma conscientemente o fato de que ela é a única responsável pela sua história, que não há nenhuma força extra-humana que a impeça de moldar o seu destino do modo como achar mais justo e adequado. Com o desenvolvimento da arte, da ciência e da filosofia, a humanidade passa a contar com novas e melhores mediações para

¹⁰ - - *Per una Ontologia...*, vol II* pp. 57,101-2, vol II** pp. 396-9. *Prolegomeni...*, op. cit., pp. 14,42-3, 46 e ss., 198 ss., 261-3.

¹¹ - *Per una Ontologia...*, vol II*, pp. 92 e ss., 107-8; vol II** pp. 397-8, 559, 562, 569, 575.

generalizar o conhecimento do singular em concepção de mundo -- e, então, a religião se converte em um obstáculo à explicitação do para-si do gênero humano.

Um outro exemplo de como uma mediação social, de impulsionadora do desenvolvimento genérico, pode se converter em um obstáculo ao avanço da sociabilidade, é o capital. É inquestionável o seu papel revolucionário ao romper os estreitos limites da sociedade feudal, ao possibilitar que as individualidades descobrissem e desenvolvessem a sua efetiva autonomia frente à totalidade social, ao revolucionar as forças produtivas num ritmo e numa intensidade sempre surpreendentes, etc.. Contudo, com o passar dos anos, com o encerramento do ciclo revolucionário burguês, o capital passa, de modo cada vez mais intenso, a frear o desenvolvimento humano-genérico. Chega-se a um ponto em que a intensificação da reprodução ampliada de desumanidades é forma que assume o próprio desenvolvimento das forças produtivas por ele desencadeado.

A religião e o capital, para permanecermos com os nossos exemplos, demonstram bem o que Lukács denomina por alienação: obstáculos socialmente postos ao desenvolvimento humano-genérico.

Conceber as alienações como produtos da história humana, portanto como resultantes da reprodução social, é decisivo para se compreender a *Ontologia* de Lukács. Acima de tudo, porque temos aqui uma evidência da ruptura do filósofo húngaro, após Marx, com todas as teorizações que tendem a conceber a miséria humana como resultantes de um destino imposto aos homens por Deus ou, então, numa tradução para o universo laico desta concepção mística, como resultante de uma natureza humana misteriosamente dada aos indivíduos de uma vez para sempre. Lukács, nesse particular, se opõe frontalmente não apenas à tradição moderna que articula Locke e Rousseau, mas também a todos os pensadores contemporâneos que, de Habermas a Claus Off, Bobbio, John Elster ou Roemer, cada um à sua maneira, buscam em uma natureza humana o fundamento último de suas concepções liberais de mundo.

Ao conceber a essência humana como histórica, como historicamente determinada pela reprodução social -- e portanto, ao conceber as misérias humanas, as desumanidades produzidas pelos próprios homens como sendo de responsabilidade única da humanidade, Lukács resgata a tese marxiana de que os homens fazem a sua própria história, ainda que em circunstâncias que não escolheram. A consequência decisiva deste resgate é a recusa de toda teorização que tenda a negar a possibilidade da emancipação humana do jugo do capital a partir de uma pretensa natureza humana, de uma pretensa essência humana, dada de uma vez para sempre, e que limite o desenvolvimento da sociabilidade aos padrões individualistas e mesquinhos tipicamente burgueses. E, com isso, a *Ontologia* de Lukács revela o que ela tem de mais significativa para o debate contemporâneo: é, nos dias de hoje, a

fundamentação mais elaborada e melhor acabada, no plano filosófico, da possibilidade ontológica da subversão revolucionária da ordem burguesa.

Conclusão

Esse resumo esquemático da *Ontologia* de Lukács não passa de uma grosseira aproximação de alguns dos seus momentos decisivos. Contudo, com todas as fragilidades e senões inerentes a tentativas deste tipo, esperamos que ele seja suficiente para sugerir a atualidade dos últimos escritos do filósofo húngaro.

Vivemos em meio ao período contra-revolucionário talvez o mais profundo desde a Revolução Francesa. Não apenas as revoluções deixaram de fazer parte da cotidianidade contemporânea (há décadas não acontecem revoluções significativas), não apenas a materialidade e a subjetividade da classe operária encontram-se em profunda transformação, para utilizar a expressão de Ricardo Antunes¹², não apenas as classes sociais se diversificaram e se tornaram internamente muito mais heterogêneas (o que é típico de momentos contra-revolucionários quando se esvanecem as distinções entre as classes), como ainda todas as tentativas revolucionárias foram derrotadas pelo capital. A revolução se converteu, para o senso comum dos nossos dias, em uma bárbara utopia: utopia no sentido de um sonho impossível, e bárbara porque destruidora da civilização. Ao mesmo tempo, para este mesmo senso comum, a barbárie da vida cotidiana sob o capital é percebida como a forma mais civilizada possível de vida social, e a desumanidade em se conceber os indivíduos como essencialmente egoístas, mesquinhos e medíocres, e de se aceitar como «natural» a exploração do homem pelo homem, é elevada à pedra de toque da liberdade.

É contra este conjunto de concepções tão difundidas em nossos dias que se levanta a *Ontologia* de Lukács: ela é uma defesa teórica dos ideais emancipatórios de Marx. Ela é a demonstração filosófica de que os homens não são essencialmente burgueses -- pela simples razão de que não há uma essência social a-histórica que não possa ser subvertida pelos atos humanos.

Para a crítica das concepções teórico-ideológicas hoje predominantes na direção dos órgãos financiadores de pesquisa, as investigações do último Lukács são de enorme fertilidade. Por um lado, porque demonstram exaustivamente que indivíduo e totalidade social constituem pólos distintos de um mesmo e unitário processo, a reprodução social global. A concepção liberal é aqui criticamente confrontada em todos os seus momentos decisivos: a concepção monádica da individualidade, o

¹²- Antunes, R. *Para onde vai o trabalho?* Ed. Cortez, São Paulo, 1995.

exclusivo caráter fundante do indivíduo para a vida social, o mercado e a política como mediações as mais civilizadas para a vida coletiva.

Por outro lado, porque as investigações do último Lukács demonstram exaustivamente como e em que medida a tecnologia é fundamentalmente relação entre homens, antes de ser relação entre uma ferramenta e a matéria-prima. Não há desenvolvimento tecnológico possível sem o desenvolvimento das relações sociais -- quer isto seja ou não percebido pelos indivíduos a ela contemporâneos.

A concepção que valoriza positiva e incondicionalmente todo e qualquer incremento tecnológico, sem levar em conta o impacto social dele resultante -- entre outras coisas, por exemplo, sem levar em consideração seu efeito sobre as disparidades regionais e intra-regionais, suas conseqüências para a distribuição de renda, seu impacto sobre o processo de urbanização, etc. -- é duplamente falaciosa. Por um lado, porque opera a disjunção entre tecnologia e relações sociais. Em segundo lugar, porque reduz o ser humano à mera força de trabalho. Apenas com base nessa dupla e falsificadora redução podem nossos burocratas e dirigentes políticos sustentar a viabilidade e a positividade do atual processo modernizador em curso no país.

As conseqüências nefandas do mesmo já se fazem sentir, e tenderão a se tornar mais agudas nos próximos anos. As tensões sociais, tanto entre as classes como entre as regiões brasileira, se agravarão, com todos os problemas e dilemas daí resultantes. Esperemos apenas que desse lamentável acúmulo de equívocos possa emergir algo para além da mera reprodução ampliada da crise social.

Em suma, a articulação que Lukács argumenta existir entre subjetividade e mundo objetivo, entre atos individuais e relações sociais genéricas, entre aumento da capacidade de transformação do real e desenvolvimento das individualidades e do gênero humano, é o exato antípoda dos fundamentos que sustentam a concepção de mundo que predomina entre a maior parte dos dirigentes e planejadores dos órgãos de financiamento de pesquisa em nosso país. E criticar tais pressupostos, demonstrar sua falsidade, evidenciar suas debilidades e incongruências teóricas, é um momento decisivo da crítica, não menos necessária, dos seus efeitos perniciosos para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia entre nós.

Se aos pesquisadores nacionais cabe hoje a ingrata tarefa de, além de desenvolverem suas pesquisas em um ambiente cada vez mais inóspito, também criticarem a orientação político-estratégica que predomina entre os órgãos financiadores, possivelmente o último Lukács possa ser um forte apoio na discussão das questões filosófico-ideológicas de fundo aqui envolvidas.